



**Grupo de
Entidades do
Município de
Santa Cruz - PE**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa
da
Lei N° 4.320/64 MCASP**



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES; EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://stc.ce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 399ed2a6-439c-4486-acbe-5e76ce20b20b

Demonstração dos Fluxos de Caixa

ANEXO 18 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64 MCASP
GRUPO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2021**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8

APRESENTAÇÃO



A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o Anexo 18 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de Julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2021, consolidam as informações da prefeitura, secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Secretaria de Finanças, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do Município de Santa Cruz.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, em conformidade com os anexos XIX e XX, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Analisando a Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade relativo ao exercício de 2021, observa-se que o saldo inicial em 01 de janeiro de 2021 em caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 5.596.909,46 (cinco milhões e quinhentos e noventa e seis mil e novecentos e nove reais e quarenta e seis centavos), enquanto que o saldo ao final do exercício em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos). Houve um aumento dos valores do caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos negativos). Então, assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Grupo de Entidades Supervisionadas com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2021.

Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz.
Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO

Exercício de 2021

GRUPO: EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE



Documento Assinado Digitalmente em: https://tcece.org.br/validarDoc.aspx?DocId=198717&DocAssinado=2021012714486acbe4e760e20b20b00

QUADRO PRINCIPAL			
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N1	59.817.874,33	50.782.055,88
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		1.680.047,84	1.294.376,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.317.218,50	1.055.055,44
Receita de Contribuições		205.866,31	175.278,56
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		10.078,94	27.058,73
Remuneração das Disponibilidades		146.884,09	36.433,66
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	A	46.789.921,89	40.645.310,99
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		11.347.904,60	8.842.488,00
Ingressos Extraorçamentários		4.097.342,32	3.451.922,66
Transferências Financeiras Recebidas		7.250.562,28	5.390.565,44
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	N 2	56.356.807,52	44.709.722,27
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	39.847.478,23	31.856.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	7.328,30	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	3.662.682,23	2.462.520,66
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		12.839.318,76	10.390.391,11
Desembolsos Extra-Orçamentários		4.094.544,49	3.492.210,77
Transferências Financeiras Concedidas		8.744.774,27	6.897.566,44
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	N 3	3.461.066,81	6.072.373,51
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N 4	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS	N 5	3.993.682,70	2.759.722,12
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.993.682,70	2.759.722,12
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	N 6	-3.993.682,70	-2.759.722,12
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N 7	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
DESEMBOLSOS	N 8	1.056.434,19	608.007,04
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		1.056.434,19	608.007,04
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	N 9	-1.056.434,19	-608.007,04
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	N10	5.596.909,46	2.892.325,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO

Exercício de 2021

GRUPO: EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE



Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA
 Acesse em: https://tce-pe.pe.gov.br/epp/validaDoc.shtm

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	N10	-1.589.050,08	2.704.833,55
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	N10	4.007.859,38	5.596.999,66

A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		46.789.921,89	40.645.300,89
Intergovernamentais		33.818.761,47	30.019.588,55
da União		28.829.777,57	26.213.055,33
de Estados e Distrito Federal		4.988.983,90	3.806.022,22
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências Recebidas		12.971.160,42	10.626.122,84
Total das Transferências Recebidas		46.789.921,89	40.645.300,89
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		3.662.682,23	2.462.500,66
Intergovernamentais		0,00	0,00
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
a Consórcios		0,00	0,00
Intragovernamentais		3.567.694,51	2.462.500,66
Outras transferências concedidas		94.987,72	0,00
Total das Transferências Concedidas		3.662.682,23	2.462.500,66

B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ADMINISTRAÇÃO		3.577.831,08	3.132.956,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.815.858,71	1.339.163,94
SAÚDE		12.794.577,42	10.471.424,40
EDUCAÇÃO		15.505.829,95	12.316.043,83
CULTURA		273.761,43	52.738,00
URBANISMO		2.326.433,06	1.567.781,29
AGRICULTURA		2.334.222,01	1.722.393,81
TRANSPORTE		1.187.976,06	1.146.135,01
DESPORTO E LAZER		30.988,51	108.234,10
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		39.847.478,23	31.856.870,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JANEIRO A DEZEMBRO

Exercício de 2021

GRUPO:EXIGIDO PELA RESOLUÇÃO 153/2021 DO TCE-PE



Documento Assinado Digitalmente por: ELENIR MARIA DA SILVA SOARES, EZILDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?Codigo=documento:399ed2a6-439c-4486-acbe-5e76ce20b20b>

C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	7.328,30	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	7.328,30	0,00



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
Demonstrações Contábeis do Grupo de Entidades
Exercício de 2021

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 18 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz
b) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
c) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
d) Nome da entidade: Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz
e) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 11.491.419/0001-00 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
f) Domicílio da entidade: PC Padre Luiz Gonzaga; nº 30; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
g) Nome da entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz
h) Natureza jurídica da entidade: 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal b.i) CNPJ: 12.115.737/0001-39 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio
i) Domicílio da entidade: AV Antonio Floresta; nº 18; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE
j) Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz (Fundo da Criança e do Adolescente)
k) Natureza jurídica da entidade: 124-4 – Município b.i) CNPJ: 24.301.475/0001-86 b.ii) Principal atividade econômica da entidade: 94.92-8-00 - Atividades de organizações políticas
l) Domicílio da entidade: AV Tres de Maio; nº 276; Centro; CEP 56.215-000; Santa Cruz – PE



m) Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz - PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código “124-4 - Município”, sendo sua atividade principal classificada como: “84.11-6-00 - Administração pública em geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura contam de secretárias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta, sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 496/2020, de 24 de novembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021). Sua fonte financeira deriva das transferências do Município e arrecadação de repasses dos governos, estadual e federal através dos repasses de transferências voluntárias ou de convênios (receitas correntes e de capital) e demais receitas.

n) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Executivo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis do Prefeitura Municipal de Santa Cruz, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internancional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

o) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 153/2021 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) Do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

p) Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Executivo do Município de Exu, bem como os órgãos da administração direta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir:

- Prefeitura Municipal de Santa Cruz;



<ul style="list-style-type: none">• Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz;• Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Cruz;• Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Santa Cruz;
q) Dados do gestor: Eliane Maria da Silva Soares, Prefeita Municipal de Santa Cruz. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2024.
r) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: eziuda_maria@hotmail.com
s) Nome do software da contabilidade Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Resumo das políticas contábeis significativas:

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. A representação adequada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros eventos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos no Manual MCASP 8ª Edição, nesse contexto segue os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao setor público.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Para a elaboração da DFC por meio do método direto são utilizadas as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A demonstração do fluxo de caixa utiliza o regime de caixa para registro de suas receitas e de competência para as despesas, tendo como moeda funcional da entidade o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

A DFC é composta por:

- a. Quadro Principal;



- b. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- c. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e
- d. Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Atividades Operacionais

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas:

- a. Por meio de tributos (direta e indiretamente);
- b. Pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

Atividades de financiamento

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento:

- a. caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos;
- b. amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e
- c. pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

a) Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. A execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos abaixo:

a.i) O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder aos lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

a.ii) Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados



e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

a.iii) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

a.iv) Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

a.v) Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

a.vi) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

a.vii) Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade



pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

a.viii) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o Manual MCASP 8ª Edição.

a.ix) Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

a.x) Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

a.xi) Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

a.xii) Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTA CRUZ*Construindo uma nova história.*

ADMINISTRAÇÃO 2017/2020

Documento Assinado Digitalmente por: ELIANE MARIA DA SILVA SOARES; EZIUDA MARIA DE SOUSA
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 399e42a6-439c-4486-acbe-5e76ce20b20b

variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b) Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.



ANEXO IV
DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída



Adequação/Aquisição de sistema para registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos oriundos de receitas tributárias, de contribuições (exceto previdenciárias) e obrigações relacionadas a repartição de receitas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Metodologia de reconhecimento dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2021	Concluída
Contratação de sistema para registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2021	Concluída
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Metodologia de reconhecimento dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2018	Concluída



Contratação de sistema para registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber).	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2018	Concluída
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Metodologia de reconhecimento da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Finanças/ Tesouraria/ Contabilidade/ Tributos	31/12/2015	Concluída
Contratação de sistema para registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Prefeito/Finanças/ Tesouraria	31/12/2015	Concluída
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões devidamente evidenciadas contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída



Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controlador Patrimonial	31/12/2020	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Controle patrimonial	31/12/2020	Em andamento
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria	31/12/2020	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais.	Assessoria	31/12/2020	Concluída



8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Aquisição/Desenvolvimento de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;	Sistema informatizado adequado aos ativos de infraestrutura.	Prefeito/ Controle Patrimonial	31/12/2023	Concluída
	Levantamento em nível local do patrimônio de infraestrutura;	Relatório com detalhamento do patrimônio de infraestrutura do ente, com base em perícia ou “benchmark”.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação dos ativos de infraestrutura;	Metodologia de depreciação do patrimônio de infraestrutura à realidade.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Desenvolvimento de rotinas de reavaliação e redução ao valor recuperável para os ativos de infraestrutura;	Metodologia de reavaliação e “impairment” para os ativos de infraestrutura.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento
	Adequação do sistema informatizado aos procedimentos anteriormente definidos para ajustes no patrimônio de infraestrutura.	Sistema informatizado adequado ao controle do patrimônio de infraestrutura.	Assessoria Sistema	31/12/2023	Concluída
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial	31/12/2023	Em andamento



Adequação/Aquisição de sistema para registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Prefeito/ Controle Patrimonial/ Assessoria	31/12/2023	Concluída
Evidenciação contábil dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão;	Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão devidamente evidenciados contabilmente.	Controle Patrimonial/ Assessoria Contábil	31/12/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria/ Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2018	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2018	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Metodologia de reconhecimento da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/ Assessoria	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2022	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/ Assessoria	31/12/2021	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Assessoria	31/12/2022	Concluída
Evidenciação contábil de outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2022	Em andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Adequação/Aquisição de sistema para registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. Devidamente evidenciados contabilmente.	Tesouraria/ Assessoria Contábil	31/12/2020	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Controle de estoque\Almoxarifado Independente de execução orçamentária e com entrada por recebimento e baixa por consumo;	Metodologia de controle de estoque/almoxarifado	Administração/ Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento
Contratação de Sistema Informatizado para controle de estoque/almoxarifado.	Estoque/almoxarifado controlado através de Sistema informatizado.	Prefeito/ Administração /Setor de Compras/ Almoxarifado	31/12/2022	Em andamento
Ajuste do Sistema de Informações Contábeis para as Metodologias anteriores;	Sistema de Informações Contábeis ajustado ao controle de estoque/almoxarifado	Contabilidade	31/12/2022	Concluída
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Processo e Sistema Patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP..	Controle Patrimonial/ Financeiro/ Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo patrimonial de acordo com IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Patrimonial baseado nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	Assessoria	31/12/2021	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos FUNDEB escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e análise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Operações de Crédito escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Adequação do plano de contas do RPPS aoPCASP.	Plano de Contas Convergado	Finanças/Contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos RPPS escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade/RPPS	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos Dívida Ativa escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2015	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de Precatórios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Fazer estudo e analise da situação atual para compatibilizar com as novas normas.	Roteiro de lançamentos e eventos contábeis implantados no sistema de informações contábeis.	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
Escrituração NBCASP	Lançamentos de eventos de consórcios escriturados de acordo com as novas normas	Finanças/tesouraria/contabilidade	31/12/2016	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Aquisição/Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra/fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída



Ajustes das demonstrações contábeis para onovo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novomodelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Finanças/Contabilidade	31/12/2014	Concluída

c) Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto a Demonstração do Fluxo de Caixa.

c.i) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares

c.ii) Constituição de provisões:

Não houve constituição de provisões resultantes e independentes da execução orçamentaria

c.iii) Reconhecimentos de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentaria.

c.iv) Transferências de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para o grupo de entidades:

Não houve transferência de ativos para outros grupos de entidades.



INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS:

a) Termos e Definições correlatos a Demonstração dos Fluxos de Caixa:

a.i) A Demonstração apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins.

Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

a.ii) Quadro Principal

a.ii.i) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Ingressos das Operações

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Desembolsos das Operações

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

a.ii.ii) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Ingressos de Investimento

Compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Desembolsos de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

a.ii.iii) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Ingressos de Financiamento



Compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Desembolsos de Financiamento

Compreendem as despesas com amortização e refinanciamento da dívida.

a.ii.iv) Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

a.iii) Quadro das Transferências Recebidas e Concedidas

Transferências Intergovernamentais

Compreendem as transferências de recursos entre entes da Federação distintos.

Transferências Intragovernamentais

Compreendem as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da Federação.



REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA:

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Demonstração dos Fluxos de Caixa:

a.i) Demonstração dos Fluxos de Caixas das Atividades Operacionais:

Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021



FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N1	59.817.874,33	50.782.095,88
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		1.680.047,84	1.294.376,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.317.218,50	1.055.655,94
Receita de Contribuições		205.866,31	175.208,86
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Originárias		10.078,94	27.068,43
Remuneração das Disponibilidades		146.884,09	36.443,76
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	A	46.789.921,89	40.645.310,89
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		11.347.904,60	8.842.408,00
Ingressos Extraorçamentários		4.097.342,32	3.451.902,46
Transferências Financeiras Recebidas		7.250.562,28	5.390.505,54
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)	N 2	56.356.807,52	44.709.782,77
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	39.847.478,23	31.856.870,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	7.328,30	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	3.662.682,23	2.462.530,66
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		12.839.318,76	10.390.381,31
Desembolsos Extra-Orçamentários		4.094.544,49	3.492.814,77
Transferências Financeiras Concedidas		8.744.774,27	6.897.566,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	N 3	3.461.066,81	6.072.313,11

Notas Explicativas – NE:

NE1 – Ingressos (Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais): Receitas Derivadas e Originárias: Os ingressos correspondem o valor de R\$ 59.817.874,33 (cinquenta e nove milhões e oitocentos e dezessete mil e oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos).



NE2 – Desembolsos (Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais): Os desembolsos de pessoal e demais despesas por função no exercício de 2021 foi de R\$ 56.356.87,52 (cinquenta e seis milhões e trezentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e sete reais e cinquenta e dois centavos).

NE3 – O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais: corresponde o valor de R\$ 3.461.066,81 (três milhões e quatrocentos e sessenta e um mil e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos), sendo este proveniente da diferença dos ingressos e os desembolsos incluídos pagamentos de restos a pagar.

a.ii) Demonstração dos Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N 4	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS	N 5	3.993.682,70	2.759.722,12
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.993.682,70	2.759.722,12
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	N 6	-3.993.682,70	-2.759.722,12

Notas Explicativas – NE:

NE4 – Ingressos (Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de investimentos em 2021 foi de R\$ 0,00.

NE5 – Desembolsos (Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos em 2020 foi de R\$ 3.993.682,70 (três milhões e novecentos e noventa e três mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) que representa as aquisições de materiais permanentes e reformas/obras realizadas durante o exercício 2021.



NE6 – Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos: O fluxo de caixa líquido obtido através da subtração dos ingressos menos os desembolsos, igual ao fluxo de caixa líquido das atividades de investimento é de R\$ - 3.993.682,70 (três milhões e novecentos e noventa e três mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta centavos negativos).

a.iii) Demonstração dos Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	N 7	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
DESEMBOLSOS	N 8	1.056.434,19	608.007,04
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		1.056.434,19	608.007,04
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	N 9	-1.056.434,19	-608.007,04

Notas Explicativas – NE:

NE7 – Ingressos (Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento em 2021 foi de R\$ 0,00.

NE8 – Desembolsos (Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento em 2021 foi de R\$ 1.056.434,19 (um milhão e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

NE9 – Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento: O fluxo de caixa líquido obtido através da subtração dos ingressos menos os desembolsos, igual ao fluxo de caixa líquido R\$ - 1.056.434,19 (um milhão e cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos negativos).

a.iv) Apuração do Fluxo de Caixa do Período:

Anexo 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021



APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	N10	5.596.909,46	2.892.325,51
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	N10	-1.589.050,08	2.704.583,95
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	N10	4.007.859,38	5.596.909,46

a.iv.i) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa:

Notas Explicativas – NE:

NE10 – A Geração de Caixa e Equivalente de Caixa Líquida é apurado com a soma dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento, o saldo vindo do exercício de 2020 foi de R\$ 2.704.583,95 (dois milhões e setecentos e quatro mil e quinhentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos). Ao final do exercício de 2021 a geração de caixa e equivalente de caixa líquida corresponde a R\$ -1.589.050,08 (um milhão e quinhentos e oitenta e nove mil e cinquenta reais e oito centavos).

a.iv.ii) Caixa e Equivalentes de Caixa Final:

Notas Explicativas – NE:

NE11 – O Saldo do Caixa e Equivalente de Caixa Inicial foi de R\$ 5.596.909,46 (cinco milhões e quinhentos e noventa e seis mil e novecentos e nove reais e quarenta e seis centavos) esse valor corresponde ao saldo do Exercício de 2020 que está na conta caixa e equivalentes de caixa no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

NE12 – A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa de 2021 corresponde a cc, esse valor consiste na soma dos Ingressos dos Fluxos de Caixa menos os Desembolsos.

NE13 – Em resumo, o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final é resultado da soma dos saldos em caixa e equivalente de caixa inicial mais a geração líquida de caixa e equivalente de caixa, sendo assim o valor do saldo final corresponde a R\$ 4.007.859,38 (quatro milhões e sete mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).



COMPARATIVO DO DEMONSTRAÇÃO DOS DE CAIXA FLUXOS – DFC COM O BALANÇO PATRIMONIAL – BP

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Saldos em Caixa e Equivalentes)	Balanço Patrimonial (BP) (Saldos em Caixa e Equivalentes)	Diferença
R\$ 4.007.859,38	R\$ 4.007.859,38	R\$ 0,00



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
b) Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade e pressuposto das estimativas: Não se aplica a este demonstrativo.
c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do grupo de entidades no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações do grupo de entidades.
d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00	R\$ 0,00

DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, SE HOVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o demonstrativo dos fluxos de caixa e que necessitem de ajustes.
